



## COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).



CD/20177.10019-58

### EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_

(Do. Sr. Vilson da Fetaemg)

O *caput* do art. 1º-A da Lei n. 12.212, de 20 de janeiro de 2020, alterado pelo art. 2º da MP n. 950/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º \_ .....

.....

Art. 1º-A \_ No período de 1º de abril até o fim do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, os descontos de que tratam os incisos I ao IV do *caput* do art. 1º serão aplicados conforme indicado a seguir:

I. ....

II. ....

### JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória n. 950, de 2020, que altera a Lei n. 12.212/2010, estabelece os descontos na parcela de consumo de energia elétrica, apenas pelo período de 1º de abril a 30 de junho, de 2020. Todavia, por considerar o tempo extremamente curto, apresento esta emenda modificativa, para que os descontos sejam pelo período de duração do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6,



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**DEPUTADO FEDERAL VILSON DA FETAEMG PSB/MG**

do ano corrente, para o enfrentamento à pandemia do Covid-19, que está afetando sobremaneira, a vida e as condições financeiras da população.

O país está passando por uma situação nunca vista antes, onde as pessoas, além da preocupação com a própria vida, também estão preocupadas com sua situação financeira, pois estão sendo demitidas, sem perspectivas de voltar a trabalhar. O isolamento social, que é o mais indicado, para evitar o contágio pelo Covid-19, também impacta na vida das pessoas, trazendo dificuldades para todos aqueles que ganham a vida diariamente.

Assim, entendemos que 3 meses não são suficientes. As pessoas que estão em situação de dificuldades precisam desse benefício por mais tempo. Para que possam se preocupar com a sua subsistência e se dedicar à busca do alimento para sua família e ter um mínimo de dignidade.

Portanto, peço o acolhimento dessa emenda para que a isenção na parcela de consumo de energia elétrica seja aplicada enquanto durar o estado de calamidade pública no país.

Sala da Comissão, em 14 de abril de 2020.

Deputado **VILSON DA FETAEMG**  
PSB/MG



CD/20177.10019-58